Em Itabaiana, na Paraíba, assim como em qualquer outro município brasileiro, a **Lei de Acesso à Informação (LAI - Lei nº 12.527/2011)** e a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018)** são as bases legais para a classificação e gestão de documentos, incluindo os digitais.

A LAI estabelece as regras para que informações públicas sejam acessíveis aos cidadãos, mas também prevê exceções. Documentos podem ser **classificados como sigilosos** se a sua divulgação puder comprometer a segurança da sociedade ou do Estado. No entanto, essa classificação deve ser rigorosamente fundamentada na lei e seguir critérios específicos para evitar arbitrariedades.

É fundamental ressaltar que, em um contexto onde **não existem documentos classificados como sigilosos**, a questão da desclassificação simplesmente não se aplica. A legislação de acesso à informação e proteção de dados visa a transparência e a proteção de dados pessoais, mas a ausência de informações sigilosas previamente classificadas significa que não há o que ser desclassificado.